

Análise do impacto socioeconómico da Txeneca Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula (2023–2024)

Analysis of the socioeconomic impact of Txeneca Microcrédito on the development of small informal entrepreneurs in the city of Nampula (2023–2024)

Lito Armindo Gustavo
Calton Bango

RESUMO

O presente projecto de pesquisa tem como tema Análise do impacto socioeconómico da Txeneca Microcrédito no Desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na Cidade de Nampula –2023-2024. O estudo parte da seguinte questão de pesquisa, Qual é o impacto socioeconómico da Txeneca Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula. O objectivo geral do presente estudo é de analisar o impacto socioeconómico da Txeneca Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula. Para a realização do presente trabalho foram feitas actividades coordenadas desde inquérito dirigido a Txeneca Microcrédito na cidade de Nampula com recurso aos métodos subjacentes conhecidos como, indutivo com uma abordagem quantitativa. Ao final espera-se com a pesquisa observar o impacto significativo das actividades de microcrédito no desenvolvimento e crescimento dos pequenos empreendedores informais na Cidade de Nampula para exercício económico de 2023-2024.

Palavras Chaves: Microcrédito, Desenvolvimento Socioeconómico, Pequenos Empreendedores Informais.

ABSTRACT

This research project addresses the analysis of the socioeconomic impact of Txeneca Microcrédito on the development of small informal entrepreneurs in the city of Nampula, from 2023 to 2024. The study is based on the following research question: what is the socioeconomic impact of Txeneca Microcrédito on the development of small informal entrepreneurs in the city of Nampula? The general objective of this study is to analyze the socioeconomic impact of Txeneca Microcrédito on the development of small informal entrepreneurs in the city of Nampula. To carry out this study, coordinated activities were undertaken, including a survey conducted with Txeneca Microcrédito in the city of Nampula, using the inductive method and a quantitative approach. In the end, the research is expected to demonstrate a significant impact of microcredit activities on the development and growth of small informal entrepreneurs in the city of Nampula during the 2023–2024 financial period.

Keywords: Microcredit, socioeconomic development, small informal entrepreneurs.

CAPÍTULO I:

INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O microcrédito é uma modalidade de financiamento de pequeno valor, direcionada prioritariamente a indivíduos e grupos de baixa renda, especialmente aqueles que atuam na economia informal e que, por não preencherem os requisitos tradicionais do sistema bancário formal, permanecem excluídos do acesso ao crédito convencional. Em termos conceituais, o microcrédito consiste na concessão de empréstimos de reduzido montante, geralmente sem garantias formais, com o objetivo de fomentar atividades geradoras de rendimento e promover a inclusão financeira (Armendáriz & Morduch, 2010).

A expansão do microcrédito está ligada à busca por soluções alternativas para o combate à pobreza e ao fortalecimento do empreendedorismo. Nesse sentido, as instituições de microcrédito operam como instrumentos de política de desenvolvimento socioeconômico, com potencial para mitigar desigualdades e estimular a autonomia financeira dos beneficiários.

Em Moçambique, tal como em diversos países em desenvolvimento, a institucionalização do microcrédito tem sido uma resposta às fragilidades estruturais do sistema financeiro tradicional, o qual frequentemente não atende às necessidades da população economicamente ativa, mas informalizada (Banco Mundial, 2022). Nesse cenário, surgem instituições especializadas nas Instituições de Microfinanças (IMFs) legalmente autorizadas a operar na concessão de créditos de baixo valor. Tais instituições estão devidamente capacitadas, tanto operacional quanto tecnicamente, para alcançar com eficácia o público-alvo previamente identificado nos estudos de viabilidade e nos planos estratégicos de implementação (CGAP, 2021).

Essas entidades não se limitam apenas à oferta de crédito, mas também desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social, da empregabilidade e do fortalecimento da resiliência econômica das famílias. Conforme argumenta Bateman (2010), embora existam divergências sobre a eficácia de longo prazo do microcrédito, é inegável que, em determinadas condições, sua implementação pode gerar impactos significativos na melhoria das condições de vida e na dinamização de economias locais.

Assim, a criação e operacionalização de instituições de microcrédito inscrevem-se num esforço mais amplo de redução dos desequilíbrios macroeconômicos, por meio da democratização do acesso ao financiamento, da formalização de atividades econômicas informais e da ampliação da capacidade produtiva das comunidades de baixa renda (Armendáriz & Morduch, 2010). Estas iniciativas, geralmente, resultam em impactos econômicos e sociais profundos, como o aumento da renda familiar, a diversificação das fontes de subsistência, o acesso a serviços básicos e o fortalecimento da coesão comunitária. Portanto, é neste contexto que no presente estudo pretende-se analisar o impacto socioeconômico da Txeneca Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula - 2023-2024.

1.2. Problematização

Nas últimas décadas, o microcrédito tem vindo a ganhar importância como uma ferramenta estratégica para a promoção da inclusão financeira, o estímulo ao empreendedorismo e a redução da pobreza em países em desenvolvimento (Armendáriz & Morduch, 2010). Considerado um mecanismo alternativo ao sistema bancário tradicional, o microcrédito é voltado, sobretudo, àqueles que, por diversas razões como informalidade, baixa renda ou ausência de garantias reais estão à margem das instituições financeiras formais.

Diversos estudos apontam que o acesso ao microcrédito pode gerar transformações significativas na vida de pequenos empreendedores, especialmente no que se refere ao aumento da renda, à melhoria das condições habitacionais, à escolarização dos filhos e à autonomia econômica das mulheres (Banerjee et al., 2015; Demirgüç-Kunt et al., 2018). No entanto, a efetividade desses impactos é altamente condicionada por variáveis contextuais, como o grau de instrução dos beneficiários, o uso dado ao crédito, o tipo de atividade econômica desenvolvida e o acompanhamento técnico-financeiro das instituições concedentes (Rhyne, 2001; CGAP, 2021).

No contexto moçambicano, a economia informal desempenha um papel de destaque na geração de empregos e na sobrevivência de grande parte da população urbana. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), cerca de 80% da população ativa em Nampula está empregada em atividades informais. Dentro desse cenário, o microcrédito surge como uma alternativa importante para apoiar financeiramente os pequenos empreendedores informais, que enfrentam dificuldades de acesso ao crédito formal.

A instituição Txeneca Microcrédito, atuando na cidade de Nampula, insere-se nesse contexto com a missão de promover a autonomia financeira e o fortalecimento de micro e pequenos negócios informais. No entanto, apesar do potencial social e econômico do microcrédito, há carência de estudos empíricos que avaliem, de forma sistemática, o impacto real dessa intervenção junto aos beneficiários locais. Como afirmam Creswell (2014) e Yin (2015), a avaliação do impacto de programas sociais exige uma abordagem metodológica clara e dados empíricos que possibilitem a verificação de resultados tangíveis e não apenas percepções subjetivas.

Embora o microcrédito seja amplamente defendido como uma estratégia de combate à pobreza e promoção do empreendedorismo, permanece a necessidade de se investigar quais fatores de fato estão associados à melhoria das condições de vida e ao crescimento dos negócios dos beneficiários da Txeneca. Ademais, é essencial compreender se o microcrédito tem contribuído de forma sustentável para a redução da vulnerabilidade econômica, para o aumento da renda familiar e para a inclusão produtiva dos pequenos empreendedores no tecido socioeconômico urbano de Nampula. Com base nisso, esta investigação propõe-se a responder à seguinte questão de pesquisa: *Qual é o impacto socioeconômico da Txeneca Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula?*

1.3. Objectivos do estudo

1.3.1. Objectivo geral

- ✓ Analisar o impacto socioeconômico da Txeneca Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula - 2023 a 2024.

1.3.2. Objectivos específicos

- ✓ Caracterizar o perfil sociodemográfico e econômico dos pequenos empreendedores informais beneficiários do microcrédito concedido pela Txeneca na cidade de Nampula.
- ✓ Descrever a aplicação dos recursos financeiros obtidos por meio do microcrédito nas atividades empreendedoras dos beneficiários.

- ✓ Aferir o impacto do Microcrédito Txeneca nas condições de vida e nos rendimentos dos empreendedores após o acesso ao microcrédito.

1.4. Hipóteses

- ✓ **H₀:** O microcrédito concedido pela Txeneca não produziu impacto significativo nas condições socioeconômicas dos pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula no período de 2023 a 2024.
- ✓ **H₁:** O microcrédito concedido pela Txeneca produziu impacto positivo e significativo nas condições socioeconômicas dos pequenos empreendedores informais na cidade de Nampula no período de 2023 a 2024.

1.5. Justificativa

A escolha do tema justifica-se pela relevância que o microcrédito vem adquirindo como instrumento estratégico de inclusão financeira e promoção do desenvolvimento local sustentável, especialmente em contextos marcados por elevada informalidade, como é o caso de Moçambique. O acesso ao crédito para pequenos empreendedores informais representa uma alternativa viável de combate à pobreza, geração de renda e fomento ao empreendedorismo de base comunitária, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Do ponto de vista social, a presente investigação assume grande importância, uma vez que a cidade de Nampula abriga um vasto número de trabalhadores informais, cuja subsistência depende, em grande parte, de atividades empreendedoras de pequena escala. Diante das limitações impostas pelo sistema bancário tradicional, o microcrédito surge como uma solução prática e viável para viabilizar o crescimento desses negócios e melhorar a qualidade de vida dos seus titulares. Avaliar o impacto real do microcrédito nas condições socioeconômicas desses indivíduos é fundamental para compreender se tais instrumentos cumprem sua função social e se contribuem, efetivamente, para a transformação das estruturas de exclusão financeira.

No âmbito acadêmico, a presente pesquisa contribuirá para o enriquecimento da literatura sobre microfinanças e desenvolvimento econômico local, com ênfase no contexto

moçambicano. A escassez de estudos empíricos atualizados que abordem de forma sistemática o impacto do microcrédito em realidades específicas como a de Nampula torna esta investigação particularmente oportuna. Além disso, os dados gerados poderão servir de base para futuras pesquisas interdisciplinares, envolvendo áreas como economia, contabilidade, ciências sociais, gestão e políticas públicas. A análise quantitativa, ancorada em dados concretos e ferramentas estatísticas, também poderá oferecer subsídios relevantes para a formulação de políticas de microfinanças mais eficazes e inclusivas.

Por fim, no plano pessoal, a escolha deste tema está relacionada ao interesse do pesquisador em compreender e contribuir para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento que valorizem o potencial empreendedor das comunidades locais, com ênfase na autonomia financeira e no empoderamento dos indivíduos marginalizados pelo sistema econômico formal. A vivência próxima à realidade dos pequenos empreendedores e a observação direta dos desafios enfrentados por eles serviram como motivação concreta para investigar, com base científica, os efeitos do microcrédito no cotidiano dessas populações.

Dessa forma, o presente estudo pretende não apenas preencher lacunas acadêmicas, mas também fomentar reflexões e ações práticas voltadas à melhoria das condições socioeconômicas de grupos historicamente excluídos, reafirmando o compromisso da ciência com a transformação social.

1.5. Delimitação do Tema

Quanto à extensão espacial, este estudo será delimitado ao contexto urbano da cidade de Nampula, Moçambique, com foco específico nos pequenos empreendedores informais que foram beneficiados pelos serviços de microcrédito da instituição Txeneca Microcrédito. A investigação concentrar-se-á exclusivamente nos beneficiários diretos do microcrédito concedido pela Txeneca, excluindo-se outras instituições financeiras e programas de financiamento.

Quanto à extensão temática, não serão abordadas variáveis relacionadas ao desempenho financeiro interno da instituição de microcrédito, tampouco os impactos macroeconômicos do setor de microfinanças no país. O estudo se limitará à análise de três principais dimensões: (i) perfil sociodemográfico e econômico dos empreendedores beneficiários; (ii) destinação dos recursos financeiros obtidos por meio do microcrédito; e (iii) mudanças percebidas nas

condições socioeconômicas dos beneficiários após o financiamento, como aumento da renda, expansão do negócio ou aquisição de bens.

Quanto à extensão temporal, a pesquisa abrangerá os dois anos mais recentes (2023 e 2024), período em que se intensificaram as operações da Txeneca junto aos pequenos empreendedores urbanos na cidade de Nampula. Esta delimitação temporal visa garantir a atualidade e a relevância dos dados analisados.

1.6. Estrutura do projecto

O presente projecto de dissertação está estruturado da seguinte forma:

Capítulo 1 – Introdução onde temos a contextualização do tema, delimitação do problema, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos, delimitação do estudo e estrutura do trabalho.

Capítulo 2 – Revisão de Literatura onde temos os fundamentos teóricos que sustentam a temática e trabalhos e pesquisas similares.

Capítulo 3 – Metodologia de Investigação onde temos Tipo e abordagem da pesquisa, Método perfil dos participantes, técnicas e instrumentos de coleta de dados Procedimentos de análise dos dados e Considerações éticas.

Cronograma (em forma de tabela) na qual consta as etapas que serão seguidas na realização da pesquisa.

Referências Bibliográficas, na qual consta todas obras consultadas e usadas na construção e elaboração do presente projecto de pesquisa.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo visa apresentar os principais conceitos relacionados com o estudo do fenómeno em causa que é o microcrédito e o seu impacto no desenvolvimento socioeconómico dos micro empreendedores. Neste contexto, nesta revisão apresentam-se conceitos chaves como microcrédito, e importância socioeconómica do microcrédito aos pequenos empreendedores. De igual modo, apresentam-se resultados de pesquisas recentes que abordam a problemática em questão.

2.1. Microfinanças

2.1.1. Conceituação de Microfinanças

As microfinanças constituem um conjunto de serviços financeiros incluindo crédito, poupança, seguros e transferências direcionados principalmente a indivíduos ou grupos de baixa renda que não têm acesso ao sistema financeiro formal. Segundo Ledgerwood (1999), microfinanças são “a provisão de serviços financeiros a microempreendedores e pequenos negócios, frequentemente excluídos do sistema bancário tradicional, com o objetivo de promover inclusão financeira e desenvolvimento econômico” (p. 1).

Segundo Gitman (2010), as finanças dizem respeito à arte e à ciência da gestão do dinheiro. O autor define finanças como "o campo que trata das decisões sobre quanto, quando e de onde obter recursos financeiros e como usá-los eficientemente" (p. 4).

Para Assaf (2012), as finanças representam "um conjunto de princípios e técnicas que visam maximizar o valor econômico das empresas por meio de decisões racionais sobre investimentos, financiamentos e distribuição de lucros" (p. 23). Destaca ainda a importância da análise de risco e retorno como eixo fundamental na tomada de decisões financeiras.

Já Brigham e Houston (2016) afirmam que as finanças corporativas envolvem decisões relacionadas à aquisição e ao uso eficiente de recursos em empresas. Definem finanças como "o processo de planejamento, levantamento e administração de recursos financeiros com o objetivo de maximizar a riqueza dos acionistas" (p. 5).

Essas perspectivas mostram que, embora com ênfases diferentes, o conceito de finanças envolve sempre a gestão racional dos recursos financeiros, com foco em eficiência, retorno e sustentabilidade econômica.

2.1.2. Tipos de Microfinanças

As microfinanças se dividem em diversos tipos, conforme os serviços oferecidos:

1. **Microcrédito:** pequenos empréstimos oferecidos a indivíduos, especialmente microempreendedores, com ou sem garantias formais.
2. **Microssseguro:** produtos de seguro acessíveis a populações de baixa renda, para proteção contra riscos como doenças, acidentes ou perdas agrícolas.
3. **Micro-poupança:** serviços de poupança com depósitos mínimos, permitindo que mesmo indivíduos com rendimentos informais possam guardar dinheiro.

4. **Transferências financeiras e remessas:** serviços acessíveis de envio e recebimento de dinheiro, muitas vezes essenciais para famílias que dependem de membros migrantes.

2.1.3. Importância das Microfinanças

As microfinanças exercem um papel estratégico no combate à pobreza, na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento de economias locais. Permite que indivíduos excluídos do crédito formal possam investir em pequenos negócios, consumir de forma planeada e proteger-se contra riscos financeiros. Conforme afirma Armendáriz e Morduch (2010), as microfinanças "não são apenas instrumentos financeiros, mas catalisadores de transformação social, especialmente para mulheres e comunidades rurais" (p. 12).

O microcrédito, como principal ferramenta das microfinanças, foi amplamente disseminado a partir da década de 1970, por meio da experiência de Muhammad Yunus com o *Grameen Bank* em Bangladesh. Yunus (2006) observou que pequenos empréstimos sem garantias tradicionais podiam gerar impactos profundos na renda e na dignidade das pessoas pobres. Sua abordagem se destacou por adotar metodologias alternativas de avaliação de risco, como a confiança comunitária e a responsabilização coletiva.

Estudos empíricos mostram resultados mistos, mas com impactos positivos relevantes em determinadas condições. Um estudo conduzido por Banerjee et al. (2015), envolvendo seis países (Etiópia, Índia, Marrocos, México, Mongólia e Bósnia), concluiu que o microcrédito tem efeitos modestos, mas significativos na expansão de negócios e aumento da autonomia dos beneficiários. O estudo revelou, por exemplo, que cerca de 10 a 20% das famílias beneficiadas passaram a gerar algum tipo de receita empreendedora.

Outro relatório do Banco Mundial (2022) destaca que, globalmente, mais de 140 milhões de pessoas acessam serviços de microfinanças, sendo que 80% dessas são mulheres. Além disso, evidências sugerem que o acesso ao microcrédito melhora a resiliência financeira, reduz a vulnerabilidade a choques externos e estimula o empoderamento econômico.

No contexto africano, Cull e Morduch (2017) observaram que instituições de microfinanças que operam em países de baixa renda demonstram taxas de inadimplência inferiores a 5%, o que contradiz a crença de que os pobres são maus pagadores. Isso demonstra a viabilidade econômica dessas práticas, além de sua relevância social.

Portanto, o avanço das microfinanças, com destaque para o microcrédito, representa um importante instrumento de transformação econômica e social. Quando bem estruturadas e integradas a políticas públicas de desenvolvimento, as microfinanças ampliam o acesso a recursos financeiros, promovem o empreendedorismo, fortalecem a equidade de gênero e geram impactos duradouros na redução da pobreza.

2.1.4. Conceito de Microcrédito

Antes de conceituar o que se entende por microcrédito, convém conceituar-se o que significa crédito. De acordo com Emília (2021), crédito significa confiança que uma pessoa ou instituição financeira deposita no mutuário, colocando a sua disposição um valor ou emitindo uma garantia a favor do terceiro mediante remuneração comprometendo-se o mutuário as somas nos prazos acordados. Por outra, “o crédito representa a contrapartida de uma aplicação, correspondendo a uma obrigação ou a uma fonte de financiamento da entidade” (Iudícibus, 2004, p. 73).

Na perspectiva de Assaf (2010) “o crédito envolve a entrega de recursos a um tomador com base na expectativa de que ele os devolverá no futuro, acrescidos de encargos, sendo necessária uma análise criteriosa da capacidade de pagamento” (p. 421). Já Silva (2013), refere que, “o crédito é um mecanismo que possibilita às empresas financiarem-se através de terceiros, permitindo investimentos mesmo na ausência de capital próprio imediato” (Silva, 2013, p. 119).

Portanto, comparando as abordagens, nota-se que todas reconhecem o crédito como um instrumento de confiança e financiamento. O crédito é, no entanto, à capacidade que um agente econômico tem de obter recursos financeiros de terceiros com a promessa de pagamento futuro. Trata-se de uma relação de confiança entre credor e devedor, regulada por prazos, garantias e taxas de juros.

Já o microcrédito, de acordo com Armendáriz e Morduch (2010), é “a provisão de pequenos empréstimos e outros serviços financeiros a pessoas que tradicionalmente não têm acesso aos sistemas bancários convencionais” (p. 15).

Para Dias (2009), o microcrédito pode ser definido como “um conjunto de operações financeiras de pequeno montante, concedidas a indivíduos ou grupos sem garantias formais, visando fomentar a inclusão financeira” (p. 83).

Conforme Seibel (2001), microcrédito é “a oferta de crédito em pequenas quantidades para empreendedores de baixa renda que não possuem acesso ao crédito tradicional, com o objetivo de estimular a atividade econômica local” (p. 22).

Assim, fica evidente e claro que, o crédito pressupõe análise de risco e volumes maiores, ao passo que, o microcrédito, tem um enfoque social e de inclusão, operando com valores reduzidos, prazos curtos, sendo idealizado para estimular o empreendedorismo e a economia de base comunitária.

2.2. Breve histórico do surgimento do Microcrédito em Moçambique

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, encontrando-se no 181º lugar no ranking do relatório para o desenvolvimento humano efectuado pelo PNUD¹ em 2020. Este relatório apresenta dados e nos faz saber que a população possui um elevado grau de analfabetização. O caminho a percorrer no combate à pobreza é longo e qualquer contributo que seja construtivo é válido.

De acordo com Maria (2011), a primeira verdadeira iniciativa de microcrédito no país foi em 1993. Esta iniciativa era extremamente ambiciosa e seguia uma metodologia não convencional. O projecto foi lançado pela World Relief e consistia em criar pequenos bancos para o mercado de mulheres pobres nas províncias de Chokwé e Gaza. O programa foi um sucesso como comprovam os resultados de 100% da taxa de reembolso. O microcrédito é uma metodologia conhecidamente eficaz no combate à pobreza, conforme comprovam os vários casos de sucesso no Bangladesh (país de criação) e as réplicas que se registam até hoje pelos vários cantos do mundo, com destaque para os países menos desenvolvidos.

O microcrédito surgiu como uma resposta inovadora aos problemas de exclusão financeira enfrentados pelas populações de baixa renda. O conceito ganhou destaque mundial principalmente a partir do trabalho de Muhammad Yunus, economista e fundador do Grameen Bank, no Bangladesh, durante a década de 1970. O microcrédito tem como objetivo oferecer pequenos empréstimos a indivíduos que não possuem garantias para acessar o crédito tradicional, promovendo assim o desenvolvimento econômico local e a redução da pobreza.

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Segundo Ledgerwood (1999), o microcrédito é parte do sistema mais amplo de microfinanças, englobando produtos financeiros adaptados às necessidades dos pobres, que antes eram excluídos do sistema financeiro formal.

Como também acresce Morduch (1999), o microcrédito constitui de facto, uma inovação institucional que reduz os riscos financeiros e possibilita a inclusão financeira. Assim, o microcrédito evoluiu de uma prática emergente para um importante instrumento financeiro que busca a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

O sistema financeiro moçambicano tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas, com o objetivo de responder de forma mais eficaz às necessidades socioeconômicas da população. Apesar dos avanços institucionais e tecnológicos, ainda persistem desafios substanciais relacionados à inclusão financeira. De acordo com o Banco de Moçambique (2022), aproximadamente 60% da população adulta continua excluída dos serviços financeiros formais, refletindo uma baixa penetração bancária nas zonas rurais, onde reside cerca de 70% da população nacional (INE, 2021).

Esse cenário de exclusão financeira está diretamente ligado a fatores como a concentração geográfica das agências bancárias nas áreas urbanas, a baixa literacia financeira, e as condições de pobreza extrema e desemprego, que afetam uma parcela significativa da população. O Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2020) aponta que mais de 63% dos moçambicanos vivem abaixo da linha da pobreza, e o acesso restrito ao crédito é identificado como uma das principais barreiras ao empreendedorismo e ao crescimento de pequenos negócios.

Nesse contexto, emergem as microfinanças como uma resposta estratégica à necessidade de inclusão financeira e promoção do desenvolvimento sustentável. Para Armendáriz e Morduch (2010), às microfinanças constituem um conjunto de serviços financeiros destinados a pessoas de baixa renda, historicamente excluídas do sistema bancário tradicional. O microcrédito, como componente central das microfinanças, visa não apenas fornecer acesso ao capital, mas também estimular a autonomia econômica dos indivíduos e comunidades marginalizadas.

Em Moçambique, as primeiras iniciativas formais de microfinanças surgiram nos anos 1990, no período pós-guerra civil, impulsionadas por organizações não governamentais e instituições de desenvolvimento internacional. Destacam-se, entre as primeiras instituições do setor, a Socremo – Sociedade de Crédito de Microfinanças (fundada em 1998), o NovoBanco

(anteriormente Banco Oportunidade de Moçambique) e a Tchuma, que começaram a operar com o objetivo de oferecer serviços financeiros acessíveis, especialmente a microempresendedores informais e mulheres chefes de família.

Segundo o estudo de Saravia-Matus et al. (2017), as instituições de microfinanças em Moçambique enfrentam desafios como taxas de juro elevadas, dificuldades operacionais em zonas remotas e falta de capacitação dos clientes. No entanto, também têm demonstrado impacto positivo, principalmente no fortalecimento de pequenos negócios e na geração de renda em comunidades vulneráveis.

Portanto, o desenvolvimento das microfinanças em Moçambique representa não apenas uma alternativa de crédito, mas um instrumento essencial para a redução da pobreza e o fortalecimento da economia local. A sua consolidação depende de políticas públicas eficazes, apoio técnico e regulação adequada para garantir sustentabilidade e impacto social duradouro.

2.3. Enquadramento legal da Microfinanças em Moçambique

O microcrédito é sem dúvida reconhecido como uma ferramenta estratégica para promover a inclusão financeira, especialmente em países em desenvolvimento. Seu histórico remonta a iniciativas informais de concessão de crédito, que mais tarde foram institucionalizadas como instrumentos de combate à pobreza e incentivo ao empreendedorismo. Em Moçambique, o desenvolvimento das microfinanças e, especificamente, do microcrédito, seguiu uma trajetória influenciada por experiências internacionais. Do ponto de vista normativo, Moçambique iniciou a estruturação formal do setor de microfinanças com a implementação do Programa Nacional de Microfinanças, ainda na década de 1990. Esse programa visava criar um ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento de instituições de microcrédito, especialmente nas zonas rurais e periurbanas (Cassamo, 2008).

Posteriormente, foram promulgados instrumentos legais importantes que estabeleceram as bases regulatórias para o funcionamento dessas instituições. O Decreto n.º 67/98, de 22 de setembro, foi um dos primeiros marcos legais a regulamentar as diversas modalidades de operação das instituições de microfinanças, como as cooperativas de crédito e as instituições de crédito de pequena escala. Este decreto definiu princípios sobre a autorização, supervisão e fiscalização dessas entidades, garantindo maior segurança e transparência ao setor.

Adicionalmente, a promulgação da Lei n.º 9/2004 representou um avanço significativo ao consolidar o quadro jurídico do microcrédito em Moçambique, estabelecendo regras claras

para o licenciamento, funcionamento e supervisão das instituições que operam no setor. Essa lei visava fortalecer o ambiente institucional e proteger os direitos dos beneficiários dos serviços financeiros, promovendo uma maior profissionalização das práticas de microfinanças (Cassamo, 2008).

Segundo Ledgerwood (1999), um ambiente regulatório estável e bem definido é essencial para o crescimento sustentável das microfinanças, uma vez que proporciona segurança jurídica tanto para os investidores quanto para os beneficiários. Em consonância, Morduch (1999) argumenta que a eficácia do microcrédito está intimamente ligada à existência de políticas públicas e normas que incentivem a inclusão financeira sem comprometer a estabilidade do sistema.

Portanto, a regulamentação do microcrédito em Moçambique não apenas organizou o setor, mas também permitiu sua expansão e integração no sistema financeiro nacional, favorecendo a inclusão econômica de grupos tradicionalmente marginalizados.

2.3. Atividades financiadas pelas Microcrédito

As instituições de microcréditos não possuem áreas específicas/mandatórias para financiar mas, no entanto, estão preocupam-se muito com a capacidade de endividamento e devolução dos fundos.

Tendo em conta o pensamento do autor Leandro (2003), retoma a essência de que a microcrédito é a concessão de crédito para empreendedores dos setores formal e informal, que não tenham acesso ao sistema financeiro tradicional de crédito e que desejam montar, ampliar ou melhorar seu negócio.

A premissa da boa dinâmica do microcrédito está centrada no simples estabelecimento de confiança entre ofertante e tomador de crédito. Essa relação de confiança preenche a lacuna do sistema de garantia real, exigida à concessão do crédito tradicional. Com a aproximação do cliente, os ofertantes de crédito reforçam a confiança, possibilitando aos agentes identificar as reais intenções dos tomadores e sua idoneidade frente aos recursos.

2.4. Papel do Microcrédito no desenvolvimento de pequenos empreendedores informais

Existem vários escritores que abordam este tema mais no entanto é importante resalvar o pensamento dos autores em seguida destacar, a exemplo de Parente (2002) e Nichter, Goldmark e Fiori (2002), enfatizam que há da diferença entre crédito e microcrédito e entre microfinanças e microcrédito. É consensual entre eles que o microcrédito diferencia-se do

crédito tradicional principalmente porque as instituições ofertantes do crédito tradicional visam o lucro através de operações com grande montantes, exigem garantias reais, cobram juros altos para compensar seus custos de verificação e ainda excluem normalmente micro e pequenos empreendimentos de sua carteira de clientes.

Microcrédito é, portanto, um dos serviços das microfinanças e refere-se à concessão de crédito de pequeno valor com o objetivo de atender a um público-alvo: população de baixa renda, pequenos empreendimentos e setor informal. De modo geral, é concedido na forma de capital de giro e para aquisição de ativos fixos para empreendimentos urbanos e, mais recentemente, estendeu-se à produção agrícola através do “microcrédito rural”. Caracteriza-se pela formatação específica quanto às garantias, capacidade e formas de acompanhamento e pagamento. É, portanto, uma “... nova tecnologia de administração do risco do ato de emprestar... e opõe-se à idéia de assistencialismo...” (Parente, 2002, p. 16).

2.5. Importância sócio-económica dos pequenos empreendedores informais

Neste ponto nos importa debruçar sobre aspectos relativamente ligados ao impacto dos investimentos feitos pelos pequenos empreendedores informais na economia local (Nampula).

Em termos de gestão empresarial, tanto os empreendedores formais quanto os informais, as principais necessidades estão centradas na área financeira, relacionado aos custos, preços, prazos, fluxo de caixa, margem de lucro, relação com clientes ou mercado, isto é, como conquistar clientes, ter boa imagem e aproveitar as oportunidades (Sebrae, 2005).

Em Moçambique o financiamento para este segmento de cliente que prefazem as micros e pequenos empreendedores formais e informais é importante devido ao seu crescimento substancial e exponencial dos estabelecimento de pequeno porte, auxilia no crescimento do sector informal que tem um impacto significativo na economia e com reflexos claro na redução do desemprego e dificuldade de acesso ao facilidade de créditos produtivos.

2.6. Revisão empírica: importância socioeconómica do microcrédito

O microcrédito é reconhecido globalmente como uma ferramenta eficaz para fomentar o empreendedorismo e reduzir a pobreza, principalmente em comunidades marginalizadas e com acesso limitado a financiamento formal (Yunus, 2007). A OFEC oferece modalidades de microcrédito, como empréstimos individuais, destinados a pessoas que buscam apoio financeiro para iniciar ou expandir suas atividades comerciais. Esses empréstimos são

particularmente úteis para micro e pequenos comerciantes nos setores de comércio, agricultura, pecuária e pesca.

De acordo com Roaneque (2024), estudos indicam que o microcrédito tem um impacto significativo na redução da pobreza e no desenvolvimento de pequenos negócios em Moçambique. Pequenos agricultores, artesãos e comerciantes têm se beneficiado do acesso a financiamento para expandir as suas atividades. Apesar dos benefícios, persistem desafios significativos. Muitos pequenos empreendedores enfrentam dificuldades para obter empréstimos devido à falta de garantias ou histórico de crédito. Além disso, a acessibilidade às zonas rurais e a necessidade de educação financeira continuam a ser desafios a superar

No contexto moçambicano, particularmente na cidade de Nampula, iniciativas como a Txeneca Microcrédito têm emergido como alternativas viáveis de inclusão financeira, especialmente para empreendedores informais que, historicamente, têm sido excluídos do sistema bancário tradicional. Empreendedores informais em Moçambique enfrentam diversos desafios, incluindo falta de capital, baixos níveis de escolaridade, e acesso limitado à formação empresarial (Sebrae, 2022). A Txeneca Microcrédito surgiu com o objetivo de mitigar parte dessas limitações, proporcionando acesso ao crédito em pequenas quantias, com metodologia baseada em garantias sociais, grupos solidários e formação contínua.

De acordo com a teoria do empoderamento econômico (Kabeer, 1999), o acesso ao crédito promove a autonomia financeira dos beneficiários e amplia suas oportunidades de participação social e econômica. A presença de instituições como a Txeneca se encaixa nesse paradigma ao contribuir para que empreendedores informais se formalizem gradualmente e expandam suas atividades.

Banerjee et al. (2015), que destacam que o microcrédito, embora não seja uma solução universal para a pobreza, tem efeitos positivos moderados e consistentes sobre a atividade econômica dos beneficiários.

O microcrédito é uma inovação financeira com profundas implicações econômicas e sociais, especialmente nos contextos de pobreza estrutural e exclusão bancária. Seu surgimento, no século XX, está intimamente associado ao economista bengalês Muhammad Yunus, que, em 1976, iniciou uma experiência com empréstimos de baixo valor a mulheres pobres em Bangladesh. Esse projeto resultaria, anos mais tarde, na fundação do Grameen Bank,

considerado o primeiro banco de microcrédito do mundo. O modelo propunha oferecer crédito sem garantias a populações marginalizadas, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo e reduzir a dependência de práticas informais e predatórias de empréstimo (Yunus, 2003).

De acordo com Yunus (2006), o microcrédito “rompe com a lógica tradicional das instituições financeiras” ao operar com base na confiança e na solidariedade grupal, sobretudo em comunidades carentes. O autor conceitua o microcrédito como "o fornecimento de pequenos empréstimos a pessoas que vivem em pobreza extrema e que não têm acesso ao crédito convencional, com a intenção de capacitá-las economicamente" (Yunus, 2006, p. 56).

Do ponto de vista técnico, Ledgerwood (1999) define o microcrédito como parte integrante das microfinanças, que incluem, além de empréstimos, serviços como poupança, seguros e transferência de dinheiro, adaptados à realidade de clientes de baixa renda. Segundo a autora, o microcrédito não deve ser visto apenas como política social, mas como uma estratégia sustentável de inclusão financeira, com potencial para fortalecer a economia informal e estimular a autossuficiência.

No campo da economia institucional, Morduch (1999) analisa o microcrédito como um modelo que se sustenta sobre três pilares: viabilidade financeira das instituições, impacto social significativo e mitigação de riscos. O autor observa que o sucesso dos programas de microcrédito está relacionado à sua capacidade de operar com eficiência, sem depender exclusivamente de subsídios estatais ou filantrópicos, o que o diferencia de programas assistenciais clássicos.

A literatura especializada aponta para a crescente importância do microcrédito como ferramenta de desenvolvimento sustentável. De acordo com um relatório do Banco Mundial (2022), mais de 140 milhões de pessoas em todo o mundo utilizam serviços de microfinanças, sendo que a maioria vive em países em desenvolvimento. As mulheres representam cerca de 80% dos beneficiários desses programas, indicando também o potencial de empoderamento feminino dessas políticas.

Um estudo empírico conduzido por Banerjee et al. (2015), com base em seis países (incluindo Índia, Etiópia e México), mostrou que o acesso ao microcrédito levou a um aumento médio de 10% a 15% na renda dos beneficiários, além da melhoria nas condições de habitação e

maior investimento em educação infantil. Apesar de os efeitos sobre a redução da pobreza extrema serem moderados, os autores concluem que o microcrédito cria uma rede de segurança econômica e psicológica para empreendedores informais.

No contexto africano, Demirgüç-Kunt et al. (2018) demonstram que, em países como Moçambique, Quênia e Uganda, o microcrédito tem sido determinante para a redução da dependência de práticas informais de crédito (como agiotas) e para o fortalecimento de microempresas familiares, que representam uma parcela significativa da economia local.

Além disso, a Consultative Group to Assist the Poor (CGAP), iniciativa ligada ao Banco Mundial, afirma que o microcrédito, quando aliado a políticas de educação financeira e inclusão digital, tem potencial para gerar crescimento econômico inclusivo, reduzir desigualdades e estimular a formalização de atividades econômicas em comunidades vulneráveis (CGAP, 2021).

O microcrédito representa uma inovação disruptiva no sistema financeiro tradicional ao redefinir as relações entre capital e exclusão. Sua relevância vai além do simples acesso ao crédito: trata-se de uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão social de milhões de pessoas ao redor do mundo. A consolidação do microcrédito como política pública eficiente depende da articulação entre instituições financeiras, governos e a sociedade civil, bem como do fortalecimento de uma infraestrutura de apoio técnico e educacional aos microempreendedores.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na presente investigação, incluindo a classificação da pesquisa, os instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados, bem como as considerações éticas e a caracterização do local de estudo. A metodologia foi delineada com o objetivo de assegurar rigor científico, coerência interna e validade dos resultados.

3.1. Classificação da Investigação

3.1.1. Quanto abordagem

De acordo com a tipologia apresentada por Gil (2008), esta investigação é classificada, quanto à abordagem, como quantitativa, uma vez que se baseia na quantificação dos dados

coletados junto aos pequenos empreendedores informais atendidos pela instituição Txeneca Microcrédito. A abordagem quantitativa, segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007), permite mensurar variáveis e estabelecer relações estatísticas entre elas, contribuindo para uma análise objetiva e sistemática da realidade social.

3.1.2. Quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca identificar, caracterizar e analisar os impactos socioeconômicos percebidos pelos beneficiários do microcrédito, sem interferir no ambiente investigado. A pesquisa descritiva, segundo Lakatos e Marconi (2017), tem como finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

3.1.3. Quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, adota-se o estudo de caso, por concentrar-se em uma unidade específica a Txeneca Microcrédito na cidade de Nampula — com o propósito de compreender em profundidade seus efeitos sobre o grupo de interesse. Conforme Yin (2015), o estudo de caso é uma estratégia metodológica apropriada para investigações que visam compreender fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos reais.

3.3. População e Amostra

A população-alvo da investigação corresponde aos pequenos empreendedores informais beneficiários dos serviços da Txeneca Microcrédito na cidade de Nampula. Como a instituição não fornece dados exatos sobre o número total de beneficiários ativos no período 2023–2024, adotou-se uma amostragem não probabilística, mais especificamente do tipo intencional (ou por julgamento). Segundo Triviños (2008), esse tipo de amostragem é apropriado quando se deseja selecionar sujeitos que possuam características relevantes para o estudo.

Para fins de simulação, considerou-se um universo estimado de 500 pequenos empreendedores ativos na base da Txeneca. A amostra final compreendeu 60 empreendedores, escolhidos com base em critérios como tempo de relacionamento com a instituição (mínimo de 6 meses), utilização efetiva do crédito e disponibilidade para responder ao questionário.

3.4. Técnicas e Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário estruturado, composto por perguntas fechadas distribuídas em blocos temáticos: perfil sociodemográfico, condições econômicas antes e após o crédito, percepções sobre o impacto do microcrédito e avaliação do serviço prestado pela Txeneca. O questionário foi aplicado presencialmente, com auxílio de pesquisadores treinados, respeitando os princípios da clareza, objetividade e relevância das perguntas, conforme orienta Vergara (2011) e Gil (2008).

3.5. Técnicas e instrumentos de Análise de Dados

Os dados coletados foram codificados, organizados e analisados com o auxílio do software Stata, versão 15.0. Foram utilizadas técnicas estatísticas descritivas como frequências, médias e desvio padrão, além de testes comparativos simples para avaliar variações nos indicadores socioeconômicos antes e depois da concessão do microcrédito. A análise estatística foi empregada de forma a conferir robustez aos resultados e apoiar a interpretação empírica dos impactos estudados, conforme sugerido por Creswell (2014).

3.2. Descrição do Local da Investigação

A pesquisa foi realizada na cidade de Nampula, situada na região norte de Moçambique. Considerada um dos maiores centros urbanos e comerciais do país, Nampula apresenta uma forte presença de atividades econômicas informais, o que justifica a escolha do local como campo empírico. A cidade caracteriza-se por elevado índice de empreendedorismo por necessidade, principalmente nos setores de comércio informal e prestação de pequenos serviços, sendo, portanto, um ambiente propício para a análise do impacto do microcrédito.

3.6. Considerações Éticas

A presente pesquisa observou rigorosamente os princípios éticos da investigação científica. Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, o caráter voluntário de sua participação e a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados fornecidos. Foi obtido o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados, conforme os padrões definidos pelas diretrizes éticas da investigação em ciências sociais. A pesquisa não envolveu riscos físicos, morais ou psicológicos aos participantes, seguindo as recomendações de Lakatos e Marconi (2017) sobre ética em pesquisa social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Alice, L (2011). *Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Armendáriz, B., & Morduch, J. (2010). *Micro finanças* (2ª. ed.). Nova Iorque, NY: EUA: MIT Press.
- Assaf, A. (2012). *Finanças corporativas e valor*. Lisboa, Portugal: Atlas.
- Assaf, A. (2010). *Finanças corporativas* (2ª. ed.). Lisboa, Portugal: Atlas.
- Banco de Moçambique. (2022). *Relatório Anual sobre Inclusão Financeira*. Maputo, Moçambique: BM.
- Banco Mundial. (2022). *Inclusão financeira*. Recuperado de: <https://www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion>
- Banerjee, A., Karlan, D., & Zinman, J. (2015). *A evolução do microcrédito*. Recuperado de: <https://doi.org/10.1257/app.20140287>
- Brigham, E. F., & Houston, J. F. (2016). *Fundamentos da gestão financeira* (14ª. ed.). Boston, MA, EUA: Cengage Learning.
- Cassamo, J. (2008). *O desenvolvimento do microcrédito em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Maputo, Moçambique: Banco de Mozambique.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & da Silva, R. (2007). *Metodologia científica* (6ª ed.). São Paulo, Brasil: Pearson Prentice Hall.
- CGAP. (2021). *Micro finanças para pessoas de baixa renda*. Recuperado de: <https://www.cgap.org>
- Creswell, J. W. (2014). *Desenho metodológico: qualitativa, quantitativa, e métodos mistos* (4ª. ed.). Thousand Oaks, CA, EUA: SAGE Publications.

- Cull, R., & Morduch, J. (2017). Microfinança e desenvolvimento económico. em. Rodrik & M. Rosenzweig (Eds.), *desenvolvimento económico* (Vol. 4, pp. 1–65). North-Holland, EUA: MTPRESS.
- Dias, A. P. (2009). *Contabilidade para micro e pequenas empresas: abordagem prática*. Coimbra: Almedina.
- Emilia, A. (2021). *Contributo de microcrédito no crescimento de pequenos negócios*. Recuoerado de: [Projecto Final Emilia 2021 | PDF | Microcrédito | Crédito](#)
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Gitman, L. J. (2010). *Princípios de gestão financeira* (12ª ed.). Boston, MA, EUA: Pearson Education.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censo Populacional 2017 – Atualização Demográfica*. Maputo, Moçambique: INE.
- Iudícibus, S. (2004). *Teoria da contabilidade* (6ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Iudícibus, S. (2010). *Contabilidade introdutória* (10ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Kabeer, N. (1999). *Empoderamento feminino*. Recuperado de: <https://doi.org/10.1111/1467-7660.00125>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Ledgerwood, J. (1999). *Microfinanças*. Washington, DC, EUA: World Bank.
- Maria, (2006). *Sistema Financeiro e Desenvolvimento Económico*. São Paulo, Brasil: Ática.
- Moçambique hoje. (2024). *Microcrédito em Moçambique: Situação Atual*. Recuperado de [https://mocambiquehoje.com/situacao-actual-do-microcredito-em-mocambique/\(Moçambique Hoje\)](https://mocambiquehoje.com/situacao-actual-do-microcredito-em-mocambique/(Moçambique Hoje))
- Morduch, J. (1999). Microfinanças. Recuperado de <https://doi.org/10.1257/jel.37.4.1569>

OFEC Moçambique. (2025). *Microcrédito*. Recuperado de <https://ofec.org.mz/microcredito/>(ofec.org.mz)

Parente, S (2002). *Microfinanças: saiba o que é um banco do povo*. Agência de Educação para o Desenvolvimento. Brasília, Brasil: SBAMPE.

Paulo, E. (2011). *Microcrédito em Moçambique – Estratégias para aumentar a taxa de reembolso*. Dissertação (Mestrado de Gestão – Especialização em Finanças. Maputo, Moçambique: UEM.

PNUD. (2020). *Relatório de Desenvolvimento Humano – Moçambique*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Maputo, Moçambique: ONU.

Roaneque, N. I. (2024). *O Impacto do Microcrédito no Desenvolvimento Rural e na Redução da Pobreza no setor Agrícola em Moçambique: uma análise a partir das experiências e desafios das comunidades de Nacarôa*. Recuperado de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.rgpp.2024.220643>([Revistas USP](#))

Santos, I. (1994) . *Cooperação entre micro e pequenas empresas: uma estratégia para o aumento da competitividade*. São Paulo, Brasil: SBAMPE.

Saravia-Matus, S. L., Trindade, L. R., & Pereira, J. C. (2017). *Avaliação da sustentabilidade de instituições de microfinanças em Moçambique*. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0034-7612160902>

SEBRAE. (2022). *Diagnóstico do Empreendedorismo Informal em Países Lusófonos Africanos*. São Paulo, Brasil: SBAMPE.

Seibel, H. D. (2001). *Microcrédito e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Sen, A. (1999). *Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque, NY, EUA: Anchor Books.

Silva, C. B. (2013). *Contabilidade financeira: teoria e prática* (5ª ed.). Lisboa, Portugal: Escolar Editora.

Triviños, A. N. S. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação* (24ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Vergara, S. C. (2011). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (12^a. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5^a ed.). Porto Alegre, Brasil: Bookman

Yunus, M. (2003). *Criando um mundo livre da pobreza: negócio social e o futuro do capitalismo*. Nova Iorque, NY: EUA: PublicAffairs.

Yunus, M. (2006). *O banqueiro dos pobres: o microcrédito e a batalha contra a pobreza no mundo*. São Paulo, Brasil: Ática.